

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**CORRELAÇÃO DO GASTO SOCIAL E DO GASTO NA SEGURANÇA PÚBLICA  
COM A CRIMINALIDADE NAS CIDADES DE FLORIANÓPOLIS E SÃO JOSÉ**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas, na Universidade Federal de Santa Catarina.

**Por Luiz Fernando Pacheco**

Orientador: Professor Álvaro da Luz

Área de pesquisa: Economia do Setor Público.

Palavras-chave: 1. Correlação  
2. Criminalidade  
3. Gasto Social

Florianópolis, junho de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota..... ao aluno Luiz Fernando Pacheco, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Professor Álvaro  
( Orientador )  
Universidade Federal de Santa Catarina

-----  
Professor  
Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina

-----  
Professor  
Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

	Página
- LISTA DE ANEXOS .....	IV
- LISTA DE FIGURAS .....	V
- LISTA DE TABELAS .....	VI
- RESUMO.....	VII

### CAPÍTULO I

#### 1. O PROBLEMA

1.1 Introdução.....	01
1.2 Problemática.....	02
1.3 Objetivos	
1.3.1 Geral.....	03
1.3.2 Específicos.....	03
1.4 Metodologia .....	04

### CAPÍTULO II

2. Criminalidade e Gasto Social .....	05
2.1 Criminalidade.....	05
2.2 Gasto Social.....	12
2.2.1 Gasto Social no Brasil.....	13
2.2.2 Gasto Social Básico nos Três Níveis de Governo.....	15
2.2.3 Estruturação do Gasto Social.....	16
2.3 Segurança Pública.....	18
2.4 Habitação .....	21
2.5 Saúde.....	23
2.5.1 Gasto com Saúde .....	24
2.6 Educação.....	25
2.7 Gasto Social x Criminalidade.....	26

## CAPÍTULO III

	Página
3. Florianópolis e São José	
3.1 Perfil de Florianópolis .....	30
3.2 Perfil de São José .....	31
3.3 População e Renda nos Municípios de Florianópolis e São José .....	32
3.4 Urbanismo – Comparações de Dados entre Florianópolis e São José (1991 / 2000) .....	35
3.5 Educação – Comparações de Dados entre Florianópolis e São José (2003).....	35
3.6 Saúde – Comparações de Dados entre Florianópolis e São José .....	37
3.7 Gasto Social – Comparações de Dados entre Florianópolis e São José (1999 / 2004 ) .....	37
3.8 Crimes – Comparações de Dados entre Florianópolis e São José ( 1999 / 2004 ) .....	39

## CAPÍTULO IV

A Correlação do Gasto Social, Gasto com Segurança Pública com a Criminalidade em Florianópolis e São José ( 1999 / 2004 ) .....	43
--	----

## CAPÍTULO V

	Página
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	
5.1 Conclusão .....	50
5.2 Recomendações .....	53
REFERÊNCIAS	
BIBLIOGRÁFICAS .....	54
BASE DE DADOS ON LINE .....	56
ANEXOS.....	57

## LISTA DE ANEXOS

	Página
Anexo 1 – Rendimentos nos Municípios de Florianópolis e São José ano 2000.....	pág 58
Anexo 2 – Dados sobre Infra-Estrutura em Florianópolis e São José.....	pág 59
Anexo 3 – Dados Projetados de Residentes e Educação em Florianópolis .....	pág 60
Anexo 4 – Dados Projetados de Residentes e Educação em São José.....	pág 61
Anexo 5 – Dados sobre Saúde em Florianópolis e São José .....	pág 62
Anexo 6 – Gasto Social e Gasto com Segurança Pública / Crescimento e Média por Habitante em São José.....	pág 63
Anexo 7 – Gasto Social e Gasto com Segurança Pública / Crescimento e Média por Habitante em Florianópolis.....	pág 64
Anexo 8 – Percentual das Despesas Orçamentárias em Florianópolis e São José .....	pág 65
Anexo 9 – Crimes contra o Patrimônio em Florianópolis.....	pág 66
Anexo 10 – Crimes contra a Vida em Florianópolis .....	pág 68
Anexo 11 - Crimes contra o Patrimônio em São José.....	pág 70
Anexo 12 - Crimes contra a Vida em São José.....	pág 72

## LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 – Idade da População nos Municípios ano 2000 De Florianópolis e São José .....	33

## LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 – População dos Municípios de Florianópolis e São José .....	pág 32
Tabela 2 – Economia da População dos Municípios de São José e Florianópolis .....	pág 34
Tabela 3 - Percentual das Despesas Orçamentárias em São José .....	pág 38
Tabela 4 – Percentual das Despesas Orçamentárias em Florianópolis .....	pág 38
Tabela 5 – Crimes em Florianópolis .....	pág 41
Tabela 6 – Crimes em São José .....	pág 41
Tabela 7 – Correlação Segurança Pública com Crimes em Florianópolis nos anos de 1999 a 2004.....	pág 44
Tabela 8 – Correlação Educação e Cultura com Crimes em Florianópolis nos anos de 1999 a 2004.....	pág 45
Tabela 9 – Correlação Habitação e Urbanismo com Crimes em Florianópolis nos anos de 1999 a 2004.....	pág 45
Tabela 10 – Correlação Saúde e Saneamento com Crimes em Florianópolis nos anos de 1999 a 2004.....	pág 46
Tabela 11 – Correlação Gasto Segurança Pública, Habitação e Urbanismo com crimes de Homicídio, Furto e Roubo em Florianópolis .....	pág 47
Tabela 12 – Correlação do Gasto Social e Gasto com Segurança Pública com os Crimes em São José nos anos de 1999 a 2004 .....	pág 48
Tabela 13 – Correlação do Gasto Social Geral com a Criminalidade nos Municípios de Florianópolis e São José nos anos de 1999 a 2004.....	pág 49

## **RESUMO**

A violência é um dos problemas mais sérios citados pela opinião pública, mais até do que desemprego, inflação entre outros, essa preocupação se estende aos governantes que buscam meios para a redução da mesma. O gasto social é um dos meios que supostamente reduz os índices de criminalidade. Para observar a veracidade disto, o gasto social e o gasto com segurança pública dos municípios de Florianópolis e São José efetuados entre os anos de 1999 e 2004 foram quantificados e analisados comparativamente com os índices de criminalidade. O meio utilizado para efetuar essa comparação foi o método estatístico da correlação, em busca de uma correlação negativa que indique um movimento em direção contrária entre Gasto Social e Gasto em Segurança Pública com a criminalidade. O município de Florianópolis apresentou esta correlação negativa em todos os tipos de gastos analisados frente à criminalidade que foi dividida em crimes contra a vida e patrimônio, o mesmo não ocorreu com o município de São José.



## **CAPITULO I**

### **O PROBLEMA**

#### **1.1 INTRODUÇÃO**

Para a surpresa dos economistas, desemprego, inflação, juros e impostos elevados não mais constituem as preocupações principais da opinião pública. Em pesquisas realizadas na América Latina na década de 90 o crime e a violência são citados como os problemas mais sérios do período. No Brasil há cerca de 25 homicídios por cem mil habitantes ou seja, quatro vezes mais do que nos Países Europeus ( Fajnzylber, Lederman & Loaysa, apud, Lisboa 2001,333).

As taxas de criminalidade nos países da América Latina tem crescido em mais de 50% a partir da década de 80, esses aumentos e as conseqüentes reduções da qualidade de vida e no senso de segurança pessoal e de propriedade explicam crescente e generalizada preocupação do público com o assunto.

Essa preocupação do público também se estende aos governantes já que segundo Londonõ e Guerrero apud Lisboa (2001, 334) os custos econômicos que envolvem a criminalidade levam dos cofres cerca de 5% do PIB na América Latina e 10,5% no caso Brasileiro.

Como a Segurança Pública é problema coletivo além de necessária é obrigatória à participação da sociedade, assim como as demais áreas sociais; educação e cultura, trânsito e transporte, saneamento básico e habitação, todos dependem da ação governamental, mas esta participação é exigida.

O aumento nas taxas de crime, os elevados custos a elas associados e a crescente importância dada ao assunto em pesquisas de opinião têm levado os governos e a sociedade civil a encarar o problema da criminalidade como um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico e social. O desafio é formular e implementar políticas que permitam prevenir e reduzir o crime e a violência. Para tanto, é de fundamental importância o desenvolvimento de pesquisas que permitam avançar na compreensão das causas desses

fenômenos, assim como a geração de bases de dados que permitam monitorar e melhorar nosso entendimento das tendências espaciais e temporais da criminalidade.

No Brasil, ainda são poucos os trabalhos que têm abordado o tema dos determinantes da criminalidade desde sob uma perspectiva econômica. Em parte, isso se deve ao fato de que numa perspectiva de longo prazo o tema é relativamente novo dentro da profissão. Porém, mesmo com base nos limitados dados disponíveis os trabalhos já realizados e os novos resultados apresentados atestam a viabilidade e a importância das contribuições econômicas ao assunto.

Segundo a teoria econômica o gasto social é um dos principais meios de prevenção e redução da criminalidade, a desigualdade social pode ser um dos principais se não a principal responsável pelo aumento alarmante nos índices de criminalidade do país.

## 1.2 PROBLEMÁTICA

Segurança Pública é uma das áreas mais carentes em termos de pesquisa no nosso País e na qual se encontram os problemas mais sérios que a nossa população enfrenta. O setor acadêmico, os cientistas sociais e as próprias instituições responsáveis pela Segurança Pública têm dedicado a esse problema muito menos do que ele merece, em termos de trabalhos de pesquisa, de criação de conhecimento e entendimento da realidade.

A Segurança Pública é uma das tarefas essenciais do estado e um dos grandes desafios de prioridade deste, tanto na proteção das pessoas, como dos bens. Busca-se o equilíbrio entre as ações de prevenção e de correção, auxiliado por Políticas Sociais.

Essa carência já citada, juntamente com o pequeno número de trabalhos feitos sobre este assunto justifica a necessidade de elaboração deste.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem por objetivo geral verificar o impacto resultante da correlação efetuada entre o gasto social e o Gasto em Segurança Pública com a criminalidade nas cidades de Florianópolis e São José, permitindo avaliar a real necessidade destes para a sua redução.

### 1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Em um nível de maior detalhamento, pretende desenvolver os seguintes objetivos específicos:

1. Avaliar a evolução quantitativa da criminalidade no período entre 1999 e 2004 nos municípios de Florianópolis e São José;
2. Avaliar a evolução quantitativa do gasto social no período entre 1999 e 2004 nos municípios de Florianópolis e São José;
3. Avaliar a evolução quantitativa do gasto com Segurança Pública no período entre 1999 e 2004 nos municípios de Florianópolis e São José;
4. Avaliar a evolução quantitativa da população no período entre 1999 e 2004 nos municípios de Florianópolis e São José;
5. Comparar dados disponíveis sobre renda, escolaridade e saúde entre os municípios de Florianópolis e São José, utilizando métodos estatísticos;
6. Testar e interpretar os dados disponíveis sobre gasto social, o gasto em segurança pública e a criminalidade nos municípios de Florianópolis e São José, verificando a ocorrência de correlação, empregando conceitos econômicos.

#### 1.4 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho consiste em uma análise comparativa e estatística de dados secundários. As informações utilizadas foram coletadas juntas às Prefeituras dos municípios de Florianópolis e São José e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. A partir destas informações, foram construídas avaliações comparativas quanto à evolução dos dados bem como relações estatísticas que procuram evidenciar a evolução entre as variáveis.

## CAPÍTULO II – Criminalidade e Gasto Social.

### 2.1 – Criminalidade.

O Brasil é uma criação colonial recente com tudo o que isso possa representar de herança conflitiva e memória histórica trágica. Iniciamos com o genocídio dos índios, passamos então para o massacre e exploração escravocrata, chegamos ao republicanismo com segregação territorial e econômica até a modernidade que nos mostrou o extremismo étnico e o apartheid. Verdadeiramente uma estrada de horrores. As diferenças étnicas e sociais nos impediram, nos afastaram de uma coexistência pacífica ao longo destes séculos segundo Luís Mir (2004:33).

São exatos cinco séculos muito dolorosos: sempre marginalizados no mundo e continuamente sendo uma terra de exploração e não de povoamento e desenvolvimento. Essa exploração constante e o povoamento ocasional geraram o separatismo crônico, segregação étnica e o descarte social. Civilização que não teve nunca fundação étnica e avanço social como premissas, mas em seu alicerce regime econômico escravocrata.

Como construir uma nação livre e moderna paralela à outra, escravocrata e atrasada. Sendo o modelo econômico a escravidão, precedendo qualquer outra discussão ou formulação. Tudo era determinado pelo escravismo: o código tributário, o papel da terra e da agricultura, comércio e relações internacionais, instituições políticas e sociais, aparatos policiais e máquina administrativa, partidos políticos e sistemas de representação, tudo, absolutamente tudo.

A nossa diferença com os outros povos não está na cultura, nas identidades étnicas, na organização social ou na expressão cultural, mas sim, na natureza esplendorosa, grandiosa, monumental: somos a terra, o território, a grande pátria. Vale lembrar que se naturalizou tomando emprestado o nome de uma mercadoria do capitalismo da época, o pau-brasil, é um país (parece que único) com nome de mercadoria.(2004:34)

A imaginação de construção da nação brasileira ficou restrita a terra, à sua posse, à sua distribuição e ao seu usufruto por uma etnia dominante. Estavam dadas as bases do que seria um conflito étnico imutável e uma economia escravocrata.

A etnia afro-brasileira ininterruptamente teve a sua constituição social e econômica impedida pela etnia dominante - primeiro como escravos, depois como segregados. A Síntese dos Indicadores Sociais 2002 lançada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) comprova esse retrato perverso e desumano. Mostra que do 1% mais rico da população, 88% são da etnia dominante – indo-europeus e outras etnias brancas, enquanto entre os 10% mais pobres, quase 70% se declararam de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres.

A desintegração da etnia afro-brasileira teve auxílio da economia e da sociedade que a hostilizava. Segundo Ricardo Paes Barros (2000:54) economia esta que pode ser dividida em real e outra oficial. Onde a real se move na fronteira brandamente e com aparente legalidade econômica e jurídica; a subterrânea caminha por um terreno pantanoso, escuro, com vias de acesso dentro dos corredores do Estado. Tanto a real como a subterrânea é interdependente e comunicante. A economia real ora pode ser subterrânea como, por vezes, a subterrânea emerge para a legalidade, por conveniência ou necessidade de administrar os riscos.

A economia subterrânea pode ser confundida algumas vezes com o Estado Paralelo, muito diferente do conceito de Estado: uma ordem jurídica que se coloca acima das demais e sobre a qual não prevalecem outras ordens jurídicas.

Se o Estado é a estrutura lógica e natural do alicerce e da permanência da ordem, essa desintegração não poderia ocorrer, a não ser pela sua convivência. Segundo Engels : “O Estado não é, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro. É um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento, é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade, chamado a amortecer o conflito e a mantê-lo dentro dos limites da ordem. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, e dela se distanciando cada vez mais, é o Estado". (1981:39).

Segundo Luís Mir (2004:77) o Estado consegue criar as nem tanto atuais fronteiras físicas responsáveis pelo atual desenho político e o estágio policial-militar. A

geografia econômica e social dessas disputas está presente em todo o país, e os conflitos metropolitanos têm a forma e a letalidade de um confronto generalizado. Um confronto sem qualquer amparo do direito humanitário para as suas vítimas; uma cruzada secular em que o adversário é excluído da espécie, prometido ao cerco e ao linchamento. Confronto no qual a proporção entre o fim e os meios não tem mais medida.

Os teóricos brasileiros não dissimulam um desconforto moral e até uma certa surpresa ao constatar que a modernização constante no país, no século XX, não diminuiu, ao contrário, precisa confrontar-se com novas formas de contestação e rebelião social nas zonas segregadas, em forma de micro ou macrocriminalidade. Esse imenso hiato impede que se negociem tréguas, por mais parciais e frágeis que sejam, uma vez que a solução violenta de todos os tipos de conflitos é a única prática admitida dentro desse modelo criado.

A nova estrutura do país, com condomínios e bairros cercados e defendidos pública e privadamente por forças policiais e paramilitares, está reordenando a ocupação dos territórios urbanos, criando bolsões e cinturões de segurança e isolamento para as minorias. É mais profundo do que aquilo que entendemos como gueto, segregação, imposto pelo Estado ou privadamente. Criam-se miniestados auto-suficientes, dissociados das cidades, das comunidades, da população. A própria linguagem policial-militar e política utilizada por esses segmentos sociais não esconde sua origem – o Estado – utilizada como a principal arma para a higienização social e humana desse processo civilizador.

Ao radiografarmos o Estado brasileiro como entidade podemos identificar três formações: primeiramente, a burocracia política, administrativa e jurídica, seu aparelho militar e policial; a segunda, a estrutura financeira estatal – Tesouro, bancos oficiais, empresas estatais e agências de financiamento etc. -, a serviço da economia pública e privada, subsidiando as suas atividades, sejam quais forem: a terceira, a população eleita e beneficiária dessas estruturas, não mais que 20% do total dos 178 milhões de habitantes do país. Os 80% constituídos pelas populações abandonadas e segregadas em qualidade de vida, quantidade de benefícios econômicos e rendas, carência crônica de participação e representação política e social, formam sim, um Estado fantasma. Segundo Jurgen Habermas (1984:53) simplesmente, não existem.

Segundo Ela Volkmerd Castilho (1998:18) a estrutura administrativa e financeira do Estado Central se fortalece numa primeira etapa com a difusão da corrupção na

política e na administração pública; na segunda etapa, organiza-se nas cúpulas do poder regional; na terceira, a que vivemos atualmente, é a intensificação do conflito interno; é a forma violenta pelos quais os grupos em conflito, dentro e fora do Estado, distribuem os territórios e os negócios, legais e ilegais.

A corrupção deixa de ser particular ou grupal e passa a ser sistêmica. As instituições estão desfeitas internamente e se dilui tanto a malversação que se legaliza. A comissão nos contratos vira acréscimos, a licitação é negociada previamente e os percentuais do dinheiro público que será desviado está embutido legalmente nos contratos. A criminalização do Estado se irradia por todos os seus órgãos e funções, adaptando-se.

Não se sabe exatamente qual é o grau de penetração do crime oficioso e privado no interior do Estado, mas já sentimos seu brutal impacto na estrutura política. A atividade mais rentável dos corruptos públicos é o alto fluxo de capital movimentado pela macrocriminalidade – drogas, sonegação de impostos, tráfico de divisas, contrabando, licitações públicas, compra de insumos, etc. (Julio César Santos, 1984:121).

A criminalidade brasileira se ramifica e enterra suas fundas raízes em nossa história social e econômica para Carlos M.N.Cerqueira apud Carvalho (1979, 08). Ela não protagoniza nenhum mercado ou produto na inserção central ou periférica no mercado internacional do crime. O berço de nossa criminalidade – a pública e a privada – é um conjunto de oportunidades materiais negadas à maioria da população, conflitos étnicos-sociais seculares e uma máquina governamental corrompida. A criminalidade de massas brasileira cinge-se a um espaço físico delimitado a um só país e a um número reduzido de produtos ilícitos.

Se analisarmos o atacado dos bens e serviços proibidos (e criminalizados) que se oferecem no mercado, as quadrilhas que os comercializam, a mobilidade espacial e temporal desses recursos e a variedade de públicos que solicitam e consomem esses bens e serviços, as múltiplas redes legais e ilegais, legítimas e ilegítimas que se nutrem da transgressão econômica. É fácil perceber que o que temos é criminalidade de massas, fundamentalmente de pequeno a médio portes. Não podemos incluir nessa vala a macrocriminalidade econômica dos grandes golpes.

No caso brasileiro se observa com nitidez, regionalmente, as criminocracias, poderes locais estabelecidos ou camuflados, de corte autoritário, obra da balcanização e da



divisão histórica do bolo entre dominantes e dominados. Se a agressão e a chantagem do uso da força, bem como o suborno e a corrupção são os elementos natos dessas criminocracias regionais, a criminalidade de massas tem a sua força criminosa e violenta derivada somente de seu exercício do temor pela população.(Julio César Santos 1984:133).

Tenta-se aqui nos últimos anos comprovar às vezes sem qualquer proveniência, a existência de poderosas organizações criminosas. No Brasil o que mais se aproxima da fixação ortodoxa de crime organizado é a macrocriminalidade econômica, um leque vasto de formas de delinquência muito especializada, de enormes estragos sociais, tanto públicos como privada. Roberto Lyra apud Cerqueira (2000:31) há quarenta anos, lamentava que, embora fosse acessível à comprovação científica e criminosa, raramente estava tipificada na lei penal.

Analisemos então macrocriminalidade econômica e sua relação com o Estado. Este considera que a desenvoltura da macrocriminalidade é um problema menor diante do projeto macroeconômico. A criminalidade violenta não é uma ameaça econômica, mas um desvio de atividades econômicas. A partir desse efeito matrizador, as organizações criminosas se organizam em formas de microestados, o que as tornam invisíveis e diluídas dentro do Estado. Discutir se são ou não partes formais e legais é irrelevante, suas ações não estão em conflito ou agindo contra o Estado. São coadjuvantes, paralelas e quando se enfrentam diretamente, há negociação. Condicionado pelo produto, território ou mercado que esteja em disputa.

Macro ou extracriminalidade segundo Louis W. Severin é “expressão emergente de uma nova forma de desvio estrutural, àquela vinculada ao exercício abusivo das leis econômicas e dos mecanismos e recursos superiores da economia, fundamentalmente conhecidos como mecanismos econômicos abertos, os que não necessariamente estão vinculados à economia de mercado, como os mecanismos de equilíbrio da economia nacional com o mundo exterior, transformação de capital em renda e de renda em capital (mecanismos financeiros e de valores), circulação e aplicação de ativos e, finalmente, o mecanismo de equilíbrio entre a produção e o consumo – especulação de commodities, abusos contra o consumidor”.

Cervini apud Mir (2004,364) faz alguns reparos a Severin afirmando que são indispensáveis alguns complementos e precisões terminológicas a esse conceito. Em algumas

ocasiões, determinados analistas, interessados no campo da delinquência econômica, juntam inadequadamente a chamada macrodelinquência econômica com a microdelinquência (na microeconomia). Esse paralelo analítico é cientificamente inapropriado e supõe um grosseiro erro conceitual que impossibilita a sua compreensão global.

A macrocriminalidade econômica engloba, além dos fatores econômicos, os sociais. Severin Apud Mir (2004,363) afirma que os desvios estruturais macroeconômicos (e criminosos) não são específicos de economias desenvolvidas. Nos países subdesenvolvidos coabitam, com mais freqüência, formas de desvios estruturais próprios da criminalidade (quantitativamente preponderantes) pelo controle irregular de certas porções do mercado. Sua importância social e econômica varia nos países, mas o seu dano social e econômico é grande, proporcional a macrocriminalidade. A defasagem existente entre os níveis profissionais e técnicos dos operadores do controle social e os funcionários encarregados da supervisão do sistema financeiro, que estão acoplados aos grupos econômicos delitivos que operam na área financeira, facilita e estimula essas ações. Os macrodelitos econômicos, em sua maioria, ficam impunes.

A macrocriminalidade econômica utiliza as quadrilhas violentas e criminosas somente na ponta dos seus negócios, nunca no começo. Pelo alto grau de violência ou de indignação social causada pelos seus crimes tentam evitar o uso de armas ou vítimas em grande número. As associações criminosas, que podem se formar na cadeia, no bairro, na escola ou no trabalho usam armamento pesado, cometem ações traumáticas e espetaculares. São ladrões que se associam para o crime, acostumados ao emprego da violência, agrupados mais em torno de uma liderança do que de uma coordenação e uma hierarquia empresarial, sem qualquer especialização.

O conceito de macrocriminalidade é amplo e difuso. Na acepção de Hassemer (1998:7), a criminalidade organizada internacional, mas é, em última análise, a corrupção da Legislatura, da Magistratura, do Ministério Público, da Polícia, ou seja, a paralisação estatal no combate à criminalidade...é uma criminalidade difusa que se caracteriza pela ausência de vítimas individuais, pela pouca visibilidade dos danos causados, bem como por um novo modus operandi (profissionalismo, divisão de tarefas, participação de gente insuspeita, técnicas sofisticadas etc.). Ainda mais preocupante, para muitos, é fruto de uma escolha pessoal e integra certas culturas”.

O crime é uma possibilidade que existirá sempre na existência humana, “e sempre haverá crime no mundo, porque o homem é, em seu centro, indeterminação e liberdade. O animal, que nasce feito e perfeito, e ainda está no paraíso, tem a seu serviço as memórias imemoriais do instinto, que o costuram ao cosmo e o transformam num servidor infalível da lei. Nós, humanos, por termos nascido livres e indeterminado, conquistamos o amargo privilégio, do erro e de sua críspação exacerbada e desesperada: o crime. O animal, por nascer feito, não procura, acha, ao passo que o ser humano tem que se buscar, para achar-se e inventar-se. E porque temos que nos inventar, na medida em que somos livres, é que corremos o risco do extravio, da transgressão e do crime”.

“Não creio que a organização social – diz Pellegrino apud Camara (2002,61) -, por mais perfeita e fraterna que venha a tornar-se, por mais que chegue a encarnar as utopias mais altas, traga consigo a possibilidade de erradicar totalmente o crime do coração do homem. Já a criminalidade constitui outro problema. Ela é expressão e consequência de uma patologia social, isto é, constitui sintoma sensível e infalível certeza, aferirmos do grau de perturbação, dilaceração e desordem da vida social”.

“Criminalidade é efeito, afirma Pellegrino, é forma perversa de protesto, gerada por uma patologia social, assim como a tosse convulsiva está para a silicose. A criminalidade cresce a partir de um certo tipo de crise social, ou melhor, ela é expressão e consequência de uma patologia social suficientemente grave para gerá-la. Uma crise social se torna apta a fomentar a criminalidade quando chega a lesar, por apodrecimento grave, os valores sociais capazes de promover uma identificação agregadora entre os membros de uma comunidade”. (2002,113).

O ideal do eu, referência identificatória comum aos membros de um processo civilizatório, “constituíra o cimento capaz de promover a integração e a coesão do tecido social. Quando falta esse cimento; quando apodrece o elenco de valores que constitui o ideal do eu de uma sociedade; quando a injustiça impera e a iniquidade governa; quando a corrupção pulula e a impunidade se instala; quando a miséria de milhões se defronta com a aviltante ostentação de pouquíssimos; quando ocorre tudo isto que, no momento, define e estigmatiza a sociedade brasileira, a criminalidade, esta, desfralda a sua bandeira perversa e se torna a denúncia de uma estrutura social perversa” (Pellegrino apud Câmara, 2002, 120).

O efeito destes conceitos sobre nossas vidas é que fica muito mais evidente que o seu entendimento por completo. A insegurança, o medo que nos aflora fica alheio a qualquer idéia concreta do que realmente está ocorrendo.

## 2.2 – Gasto Social.

Os anos 80 no Brasil e em tantos outros países da América Latina foram marcados por uma profunda crise econômica, chamada como a década perdida. Ao final da década vários países iniciaram processos de estabilização e ajustes estruturais. Esses processos expandiram-se rapidamente em praticamente todos os países da América Latina. Durante esse período a situação da região foi deteriorada consideravelmente, demonstrado por inúmeros estudos de pobreza (Enrique Ganuza, 1999, 221).

A década de 90 presenciou um aprofundamento nos programas de ajuste. Os Países foram muito afetados pelo processo da globalização. Nas medidas de reforma econômica também estão incluídas as privatizações de empresas públicas, a liberação dos mercados financeiros, a austeridade fiscal e monetária, e a redução das atividades do governo na área de política social.

Controlada a inflação na maioria dos países e reduzido consideravelmente vários dos desequilíbrios macroeconômicos, a atenção do governo e dos analistas retornou aos problemas do bem-estar-social, mas precisamente a magnitude, condições e determinantes da pobreza.

A deterioração das condições da pobreza durante os anos 80 e a sua lentidão no melhoramento uma vez passado as reformas, coloca na agenda discussões políticas e estratégias para a redução da mesma.

O Fórum Mundial da Desigualdade Social, convocado pelas Nações Unidas, em Copenhague, março de 1995, discutiu, entre outras coisas, a relação entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade social. Nesse Fórum se adaptou uma resolução chamada 20/20. O objetivo desta iniciativa era dar acesso universal aos serviços sociais básicos (SSB). Para que isso ocorresse seria necessário designar 20% do gasto público total em SSB. Com o

objetivo de que o acesso universal seria uma responsabilidade dividida entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, se propunha uma proporção similar de assistência oficial para o desenvolvimento, dirigida para os SSB, onde então surge o nome da iniciativa 20/20. A definição de serviços sociais básicos inclui uma atenção maior a saúde, ensino básico, acesso a água potável e saneamento básico. (Fernandes, 1998:66).

### 2.2.1 – Gasto Social no Brasil.

A medição do gasto em áreas sociais é um instrumento auxiliar importante para determinar o formato e a condução da Política Social do país, assim como para avaliar sua eficiência e todo o esforço para investigar este gasto deve levar em conta uma série de questões. A primeira é a dificuldade de se chegar a uma definição universalmente acertada do que se entende por “gasto social”, pois a concepção varia conforme as necessidades mais urgentes da população de um dado país, e esse conjunto de necessidades altera ao largo do tempo. Segundo José Aparecido Ribeiro fica definido como gasto social “todo gasto orientado ao melhoramento – a curto e a longo prazo – das condições de vida da população em geral, feito diretamente pelo governo da União (Federal) efetuando transferências negociadas de recursos aos outros níveis de governo (estados e municípios) e à instituições privadas, relativas a programas de trabalho, projetos e ações direcionadas para as áreas de educação e cultura, saúde, alimentação e nutrição, saneamento e em defesa do trabalhador, capacitação de recursos humanos, organização agrária, ciência e tecnologia, habitação e urbanismo.

O Brasil não é um país com vasta tradição na discussão sistemática de políticas públicas. Os centros de reflexão que tratam do assunto são poucos. Os governos costumam ter uma atitude de desconfiança em relação a este tipo de estudo em função do temor de críticas. A burocracia tende a definir uma política pública como uma combinação de uma legislação setorial e uma alocação de recursos. E, infelizmente, até recentemente avaliação de políticas públicas era apenas um componente compulsório nos empréstimos internacionais, uma exigência dos órgãos financiadores internacionais.

Talvez por não ter estudos focados para o gasto social segundo Fernandes (1998:23) os indicadores sociais brasileiros mostram que mesmo se utilizando de um nível inegavelmente alto de gasto social, que aproximaria o país aos desenvolvidos – 20,9% do PIB no anos de 1995, isso não ocorreu. Convivia-se com situações de pobreza inaceitáveis para os níveis de renda per-cápita alcançadas.

Fica claro então a necessidade de seguirmos alguns critérios propostos no Fórum Mundial da Desigualdade Social já citado anteriormente, referentes a utilização do gasto social básico nas seguintes áreas de ação:

**- Saúde –**

\* Controle das enfermidades transmitidas; assistência médica e sanitária (estados e municípios); conservação e reestruturação de unidades do Ministério da Saúde e reestruturação de serviços do SUS nos estados; vigilância sanitária; enfermidades de transmissão sexual / síndrome da imunodeficiência adquirida (ETS/AIDS) e vigilância epidemiológica

**.- Educação –**

\* Educação de 0 a 6 anos; ensino fundamental; ensino superior  
educação de jovens e adultos e educação especial.

**- Alimentação e Nutrição –**

\* Merenda escolar; combate contra as carências nutricionais e distribuição alimentar de emergência.

**- Saneamento –**

\* Abastecimento de água, saneamento geral; sistema de esgoto.

## 2.2.2 – Gasto Social Básico nos três níveis de governo.

No Brasil, historicamente, o governo federal assumiu a responsabilidade pelo ensino de nível superior – embora existam algumas universidades estaduais – e, obviamente, pelos problemas relacionados com a defesa e a segurança pública. Os governos estaduais, por sua vez, ficaram encarregados, tipicamente, do ensino médio e da segurança pública, enquanto os governos municipais zelam pelo ensino primário e pela limpeza urbana. O saneamento é

uma atividade dividida entre estados e municípios, já os serviços de saúde se dividem nas três esferas do governo e foram sendo gradualmente descentralizados nos últimos anos.

Quanto ao gasto social básico segundo Ganuza, a participação dos três níveis de governo é bastante diferente da observada do gasto social federal. Como exemplo dos US\$ 25 milhões gastos em 1995, a participação da União foi de 25%; a dos estados de 40% e dos municípios 35%. Este comportamento se deve em parte de a previdência social ser de inteira responsabilidade do governo federal e, como sabemos, possui um grande peso no gasto social total. Interessa destacar também o processo de descentralização na área da educação que transferiu a maior responsabilidade do gasto ao estados e municípios.

No que se trata de alimentação e nutrição, 96% dos gastos se origina do governo federal. Essa participação do governo federal ocorre em todos os estágios da assistência alimentar e alimentação escolar. Neste último item 98% do gasto compete ao governo federal. Enquanto a distribuição de alimentos em situações de emergência, o governo municipal exerce o papel principal, representando 68% do gasto total.

Na matéria de saúde básica o governo federal é responsável por 63% do gasto, enquanto a participação dos estados fica em 17% e dos municípios 20%. O alto percentual correspondente do gasto federal se explica sobre todo o desembolso relativo a atenção básica mínima que corresponde cerca de 19% do gasto em internações e exames ambulatoriais realizados pela rede do SUS e o gasto de infra-estrutura básica. Ainda na maioria dos itens de controle de enfermidades transmissíveis e vigilância sanitária tem participação de 70% do gasto total voltado para os municípios.

O gasto com saneamento básico compete especialmente aos governos municipais com 64% do gasto total. A parte que compete ao governo federal é de 12%, enquanto ao governo estadual é de 24%.

### 2.2.3 - Estruturação do Gasto Social.

Segundo o PNAD o gasto social na esfera federal corresponde cerca de 12% do PIB, e se somado as 03 esferas do governo alcança próximo os 21% do PIB. Alguns

segmentos da sociedade consideram esses recursos insuficientes para enfrentar a magnitude das desigualdades sociais no país. Já outros entendem que, diante do elevado volume relativo frente ao valor total do PIB, o maior problema não se refere estritamente ao volume dos recursos, mas à estrutura dos gastos sociais.

A estrutura destes gastos vem mudando paulatinamente com: descentralizações, participações da sociedade; focalizações ou seletividade de ações; regulamentação e regulação; flexibilização; promoção de inovações sociais; adoção de medidas que visam elevar a eficiência e eficácia do aparelho estatal. São movimentos ainda embrionários, não constituem idéias coesas que possam mudar o rumo dos gastos sociais brasileiro.

A descentralização das ações da União para os estados, municípios e instituições da sociedade vem ganhando forças desde a década de 80, mesmo sendo emblemático em algumas áreas. O setor de saúde é pioneiro nesse processo, englobando cerca de 97% dos municípios com Gestão local do Sistema Único de Saúde, e quando sua auto-suficiência não ocorre existe uma forma de descentralização mais integrada operada por meio de consórcios municipais. Na verdade trata-se de parcerias entre os municípios mais próximos, auxiliados por vezes pelo governo do estado (Ministério da Saúde).

A área da educação também têm se destacado no processo de descentralização. A Lei de Diretrizes e Base (LDB) da Educação Nacional, de 1996, explicitou com maior clareza, as atribuições dos três níveis de governo, tendo por fundamento o regime de colaboração entre as instâncias da Federação (Ministério da Educação).

Já a participação da sociedade na formulação, implementação e controle das políticas sociais – pelo menos no plano formal – ocorre essencialmente por intermédio dos conselhos. Atualmente, a maioria absoluta das políticas sociais está atrelada a conselhos que, em geral, se desdobram nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal, contando com integrantes governamentais e não governamentais. Porém há o reconhecimento de que esses instrumentos, que visam a partilha das decisões e da gestão das políticas sociais entre Estado e Sociedade, ainda necessitam ser aprimorados.

Referente a focalização das ações que é um conceito muito em voga na conjuntura das políticas sociais, é preciso considerar alguma de suas ambigüidades. Para alguns formuladores de políticas sociais, a focalização ou a seletividade das ações é entendida



como meio para racionalizar e otimizar os insuficientes recursos orçamentários, direcionando-os para o atendimento social dos mais necessitados. Por outro lado, observa-se uma versão mais ampla da focalização da política social, na qual se entende que a seletividade das ações é um caminho para a universalização do atendimento, configurando-se em uma prática do tipo beneficiar a todos e mais a quem tem menos.

Essa concepção parte da tese de que é preciso aumentar o gasto social (estatal e não estatal) para contemplar tanto a garantia dos direitos sociais quanto a execução de programas expressivos de combate à pobreza.

A sociedade brasileira começou a manifestar, no ano 2000, os primeiros efeitos da retomada do crescimento econômico, depois de dois anos de estagnação. Em que pese o fato de esse crescimento ainda não estar ancorado em bases mais sólidas, alguns de seus frutos no campo social puderam se fazer sentir ao longo do ano.

Na Área Assistência Social, confirmou-se a tendência à descentralização e a focalização dos programas governamentais, com o objetivo de se intensificar o combate às disparidades sociais no país. Da mesma forma, a Agenda Social lançada em setembro de 1999, as discussões sobre a aprovação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e os recém-criados Projetos Alvorada e Plano Nacional de Segurança seguem esse mesmo objetivo.

Na área da educação, neste mesmo ano o que constituiu um significativo fato político foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que contém um elenco de metas para o país, a serem cumpridas nos próximos dez anos.

### 2.3 - Segurança Pública.

O ano 2000 poderá vir a ser reconhecido na história brasileira como um marco divisório nas discussões de responsabilidade em torno das políticas e programas governamentais na área de segurança pública, lançando-se o Plano Nacional de Segurança Pública; um plano com grande amplitude e diversidade de propostas e ações, porém sem explicitar prioridades, prazos e metas precisamente.

Inúmeros outros programas foram instituídos: como o Programa Segurança do Cidadão com dotação inicial de R\$ 485 milhões em 2001, sendo que apenas 12,2% dos recursos autorizados foram utilizados segundo o Cof/Prodasen. Assim como no programa Reestruturação do Sistema Penitenciário com dotação de R\$ 239 milhões foram executados apenas 49,8% deste valor.

Outros três relacionados ao compromisso de combate ao tráfico e ao crime organizado foram instituídos. O primeiro deles, modernização da Polícia Federal, contou também em 2001, com R\$ 153 milhões de recursos autorizados, sendo que fora executado somente 17,04% deste valor. Outras ações e programas que, pela ótica preventiva, teriam grande importância seriam aqueles relacionados a intensificação das Ações do Programa Nacional do Direitos Humanos, a Reinserção Social do Adolescente em conflito com a Lei, a Paz na Escola e a Violência Contra a Mulher. Contudo dos R\$ 61 milhões autorizados para esses programas, apenas R\$ 3,8 milhões foram efetivamente gastos, o que significa um percentual de execução de 6,2% (Prodasen).

Nas últimas discussões eleitorais para a Presidência da República a criminalidade e o debate acerca das políticas de segurança pública ocuparam um lugar central; juntamente com a questão do emprego. Esse fato encerra uma trajetória de comprometimento da agenda política nas três esferas governamentais com referência ao problema, reafirmando a importância do papel do Executivo Federal, que já vinha sendo assumido pelo governo FHC, ainda que timidamente, desde a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) em julho de 2000. Parece incrível, portanto, que essa ênfase e os virtuais comprometimentos pela busca de uma solução efetiva à questão da criminalidade tenham se dado apenas tão recentemente, já que, segundo informações do Ministério da Saúde (SIM/Datasus), pelo menos desde o começo dos anos 1980 o número de homicídios vinha crescendo em média 5,6% ao ano, o que demonstra não só a gravidade do problema, mas a sua antiguidade.

Analisando-se a execução orçamentária do Ministério da Justiça de 1995 a 2002, verifica-se o fato apontado anteriormente de que apenas no ano 2000 o governo federal passou a atuar de forma mais decisiva na questão da segurança pública. Uma significativa parte do orçamento do Ministério da Justiça, entre 1995 e 1999, era tradicionalmente orientada para gastos com pessoal e com outras despesas correntes. Somando-se os gastos com

investimentos e transferências, em que se incluem as despesas para viabilização de programas e ações, observou-se que estes corresponderam, em média de 1995 a 1999, a 7,6% da execução orçamentária total do MJ. Nos dois anos subsequentes, quando foi inaugurado o PNSP, essa participação aumentou para 18,6% e para 26,9%, respectivamente. (Ministério da Justiça)

Com a constituição do Fundo Nacional de Segurança Pública, foram adicionados, em 2000 e 2001, ainda mais R\$ 252 milhões e R\$ 397 milhões, respectivamente, aos programas de combate à violência e criminalidade. Os recursos federais para intervenções nos vários programas (no âmbito do Ministério da Justiça) aumentaram de cerca de R\$ 127 milhões, em 1995, para cerca de R\$ 1.352 milhões, em 2001, o que ilustra de forma bastante significativa a mudança de postura do governo federal quanto à sua co-participação nas políticas públicas relacionadas à segurança, à justiça e à cidadania. (Prodasen)

As informações acerca da execução orçamentária no âmbito do Ministério da Justiça apontaram para a inflexão de interesses do governo federal com a questão da segurança pública. Esse passou a atuar de forma mais decisiva a partir da introdução do PNSP em 2000. De 1995 a 1999, verificou-se que os únicos programas nessa área se relacionavam ao aparelhamento da Polícia Federal e aos investimentos no Sistema Penitenciário Nacional. Com efeito, as aplicações em programas ligados à segurança pública aumentaram de R\$ 128 milhões, em 1995, para R\$ 871 milhões, em 2002. No total, foram gastos nesses oito anos de governo com os programas selecionados cerca de R\$ 3,6 bilhões. (Ministério da Justiça)

O estados vêm passando por severas limitações de recursos. Nesse cenário, o comprometimento do governo federal com a questão da segurança pública (que até então era praticamente exclusivo dos estados) e com a subsequente cessão de recursos para as unidades subfederativas é uma notícia alvissareira. A despeito disso, algumas observações podem ser feitas à *performance* do governo federal quanto à sua intervenção nesses últimos três anos, balizada no PNSP, que envolveu 124 ações e se traduziu numa carta de intenções bastante ambiciosa, com propostas e programas, entre outros pontos, direcionados a todos os elos do fluxo de justiça criminal, começando pela polícia (com o Programa Segurança do Cidadão); passando pelo Ministério Público e pela Justiça (com propostas de Reformulação do Código Penal e do Código do Processo Penal); e terminando com o Sistema Penitenciário Nacional (com o Programa Reestruturação do Sistema Penitenciário).

Primeiramente, ficou visível a falta não só de um diagnóstico mais geral acerca de como as grandes questões listadas se relacionam, mas, sobretudo, ficou clara a ausência de diagnósticos mais precisos sobre cada questão, em particular, que permitissem uma compreensão mais exata das vicissitudes presentes nos vários campos. Isso se deu, por exemplo, em relação aos programas considerados anteriormente, a saber: Segurança do Cidadão, Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, Reestruturação do Sistema Penitenciário, Combate ao Crime Organizado, entre outros.

Em segundo lugar, não houve um debate mais amplo e uma definição mais precisa acerca de modelos ideais de funcionamento das instituições em que se queria intervir, de modo que os recursos terminaram sendo destinados à reprodução dos modelos anteriores constituídos. Mais uma vez o Programa Segurança do Cidadão é um exemplo capital dessa assertiva. Mais de R\$ 1 bilhão foi gasto nesses três últimos anos, principalmente para compra de veículos e intensificação do policiamento ostensivo, o que faria supor que o problema das polícias no Brasil se refere meramente à insuficiência de recursos, mais do que ao esgotamento de um modelo policial ultrapassado.

Em terceiro, a maioria dos programas foi implementada a despeito de uma definição de prazos e metas relacionados à operacionalização dos meios e dos resultados desejáveis. Não se elaboraram indicadores que permitissem a aferição e o monitoramento dos resultados. Em quarto lugar, como consequência dos problemas listados anteriormente, as ações foram não focalizadas e padeceram de organicidade. Por fim, o governo federal, ao não possuir modelos de referência (de polícia, do sistema penitenciário, do sistema socioeducativo para menores infratores, etc.) e indicadores pormenorizados, abriu mão de atuar como um indutor das reformas necessárias e não introduziu mecanismos de condicionalidade na cessão de recursos para as unidades subfederativas.

#### 2.4 – Habitação.

A história da intervenção pública no campo habitacional demonstra não ter havido ação governamental que permitisse, de forma completa, o acesso dos segmentos

sociais mais pobres à moradia. A primeira intervenção governamental na questão de habitação se deu através do Sistema da Previdência Social instituído no País na década de 30. Tanto a produção como a distribuição até esta data era de responsabilidade da iniciativa privada, através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), organizados por categorias profissionais.

A questão social, e particularmente o problema habitacional, transcende ao mero desequilíbrio entre oferta e demanda; é uma questão ampla com desdobramentos políticos e econômicos. Assim, no final da década de 50, a crise da habitação já merecia destaque, tornando-se um fenômeno de grande visibilidade e exigindo atuação mais decisiva do poder público segundo Tedeschi; Toledo e Prates (1991:25).

A criação em 1964 do Banco Nacional de Habitação (BNH), representou um fato de mudança expressiva no padrão de intervenção governamental. Os recursos utilizados foram considerados inadequados e de comportamento pró-cíclico, provinham da arrecadação líquida do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e dos retornos dos financiamentos; dependentes do desempenho da atividade econômica, em particular do emprego e dos efeitos da política salarial (Lima & Gomes apud Câmara, 2002,19).

Essa experiência demonstrou que recursos onerosos não se coadunam com seu uso em aplicação na área social. Pelas mais diversas razões, é difícil ocorrer qualquer tipo de retorno, quanto mais em nível suficiente para cobrir o custo de administração do FGTS. Dessa forma, sequer o subsídio cruzado – juros mais altos são cobrados às famílias de renda alta, compensando os juros inferiores cobrados às famílias mais pobres – viabilizou esse Fundo como provedor dos recursos para a área social (Lima & Gomes apud Prates, 1991,20).

Na faixa de renda abaixo de cinco salários mínimos o BNH atuou insatisfatoriamente, deixando unicamente 6% das 18,1 milhões de unidades construídas acessíveis a mesma (Fundap). Somente a partir de 1976, foram iniciados programas habitacionais com uma estrutura que possibilitasse o acesso dos grupos sociais mais vulneráveis à moradia: trata-se da implantação dos programas não-convencionais de habitação popular, calçados na idéia de habitat evolutivo e de participação do usuário.

Foi considerada a principal diretriz de política habitacional para os segmentos populares na faixa inferior de renda. Vale ressaltar nesses programas o alto nível de subsídios, principalmente através do não pagamento da terra e da não efetivação da comercialização das

moradias. Cumpriram com suas metas que privilegiar e proporcionar acesso à moradia aos grupos sociais mais vulneráveis da sociedade.

Já a partir de 1986, no âmbito do SFH, o financiamento da habitação popular encontrou-se praticamente à cargo quase exclusivamente da Caixa Econômica Federal (CEF). Surge então o Ministério de Desenvolvimento Urbano (MDU), que não ofereceu resultados satisfatórios. O MDU não tinha autonomia para formular e executar uma política de desenvolvimento urbano, uma vez que ficava limitado à proposição de normas cuja aprovação e cumprimento eram responsabilidade de outros órgãos não vinculados a ele, como o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Ministério da Fazenda (Ricardo Toledo Silva 1991,35).

A transformação do MDU em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU) e depois em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, sendo a ele vinculada a CEF, não foi suficiente para dar organicidade à atuação do Governo no Setor.

Com a extinção desse último Ministério, a CEF voltou à esfera do Ministério da Fazenda. Por outro lado, a CMN passou a aprovar e, por meio do Banco Central, baixar normas operacionais de caráter financeiro, a serem utilizadas na execução das políticas de desenvolvimento urbano, saneamento básico e habitação, aí incluído a habitação popular.

Deve-se salientar que a crise da política habitacional é mais da crise financeira. Trata-se mais propriamente do resultado de um mecanismo de proteção social que se subordina à política econômica. Uma dimensão política de natureza estrutural. Além disso, a subordinação da política social aloja-se na sua organização interna, nas suas estruturas de decisão e nas suas prioridades. Portanto, a maior dotação de recursos apenas atenua alguns efeitos de seu comportamento subalterno, mas não altera sua natureza (Medeiros apud Silva, 1991,61).

## 2.5 – Saúde.

A distribuição de renda resultante, em determinado momento, das dotações dos fatores de produção – capital, trabalho e terra – e da venda dos serviços desses fatores no mercado pode não ser a desejada pela sociedade. Cabe ao governo ajustar essa distribuição, até que a mesma seja considerada justa pela sociedade.

Isto ocorre com a Saúde Pública, através da arrecadação de recursos com a seguridade social e aplicado em hospitais e outros; redistribuindo de quem possui mais renda para quem tem menos renda ( Função Distributiva ).

O setor da saúde é uma função também assumida pelo setor privado além do governo, através de médicos e hospitais particulares. O Estado tem o dever de colocar à disposição da população esse tipo de serviço, mesmo que em alguns casos as pessoas em melhores condições optem por fazer uso dos serviços particulares.(Giambiagi 1999,29)

A intervenção do governo para o melhoramento dos níveis de saúde gera externalidades positivas, deixando a população mais preparada para contribuir para o desenvolvimento do país.

Os serviços de saúde são divididos entre as três esferas do governo, e foram sendo descentralizados gradualmente nos últimos anos.

#### 2.5.1 - Gasto com a Saúde.

Desde 1993 quando parte dos recursos arrecadados da Previdência Social deixou de ser repassada ao Ministério da Saúde, soluções transitórias ou definitivas desse problema começaram a ser cogitadas. A solução transitória foi à criação, em 1996, da CPMF, que, inicialmente, destinava-se exclusivamente à saúde. Entre as soluções definitivas, destacam-se as inúmeras propostas de emendas à Constituição, apresentadas pelo Legislativo desde 1993, que têm por objetivo a vinculação de recursos orçamentários das três instâncias de governo.

A criação da CPMF evitou que o Ministério de Saúde tivesse que continuar recorrendo a empréstimos junto ao Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) para custear o SUS e permitiu que o volume orçamentário alcançasse um patamar mais elevado. No entanto, a CPMF não proporcionou o incremento esperado no orçamento, em decorrência da redução da participação de outras fontes (COFINS, CSLL, e outras) que tradicionalmente vinham financiando o setor. Em 1996 ocorreu a descentralização de recursos para estados e para municípios sofreu grande incremento.

Já no ano 2000 a promulgação da Emenda Constitucional nº 29 visando financiar o setor foi o fato mais importante dando maior estabilidade e solidariedade as três

instâncias do governo. A vinculação desta emenda tem como regra para os estados e o Distrito Federal a vinculação direta de 12% da arrecadação de impostos de transmissão e doação: o ICMS e IPVA, mais os impostos arrecadados pela União pertencentes aos Estados, menos as parcelas transferidas aos respectivos municípios. Para os municípios vale a mesma regra dos estados, mas o percentual sobre a arrecadação de seus impostos é de 15%.

Em relação ao gasto público total, estimativas realizadas pela Disoc/Ipea (Brasília), indicam a seguinte participação relativa das três instâncias de governo no financiamento público da saúde: União (63,0%); estados (20,6%); e municípios (16,4%). Já com a vigência da EC 29, ocorreria redução da participação relativa dos estados e da União e crescimento da participação municipal.

No ano de 2003 ocorreu a aplicação de critérios definidos pelo CNS para o cálculo do valor a ser aplicado pelo governo federal em ações e serviços públicos de saúde sendo R\$ 27,6 bilhões o mínimo a ser aplicado pela União. Segundo relatório da Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin) do CNS, o orçamento de 2003 destinou a ações e serviços de saúde um total de R\$ 27,8 bilhões, resultante da subtração, do total aprovado de R\$ 30,5 bilhões, das despesas com inativos e pensionistas e da amortização do serviço da dívida.

## 2.6 – Educação.

Segundo o Ipea no ano de 1999 a principal fonte para os recursos de financiamento e gastos em educação foi o tesouro, com 95%, dos quais a vinculação constitucional prevista no artigo 212 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foi responsável em média por 40% dos recursos, seguida pelos recursos vinculados, com 45%. Para o ano 2000, porém, os recursos vinculados aumentaram ainda mais sua importância, passando a representar 52% dos recursos orçamentários previstos do MEC.

É importante também salientar que no financiamento da educação, uma das linhas de ação prioritárias adotadas pelo ministério foi a criação de um fundo contábil, o FUNDEF, pelo qual transitam os recursos relevantes para financiamento do ensino fundamental. Para tanto, o governo federal encaminhou, e foi aprovada pelo Congresso



Nacional, Emenda Constitucional que reafirmou a necessidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a cumprirem os dispositivos da Constituição de 1988, relativos a vinculação de 25% de suas receitas em impostos e das que lhes forem transferidas, para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Além disso, a partir de 1998, esses entes federados ficam obrigados a alocar 60% desses recursos no ensino fundamental, mediante a subvinculação de 15% daquelas receitas para esse nível de ensino. O novo dispositivo legal determinou que de competência dos Estados, DF e Municípios a responsabilidade de arcar com os recursos necessários à constituição do FUNDEF.

Na área da Educação, um dos marcos de grande importância para balizamento das ações e programas foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado sobre os seguintes eixos norteadores: a Constituição de 1998, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Emenda Constitucional nº 14 (criação da FUNDEF), ambas de 1996, bem como as políticas atuais do setor.

Um dos principais limites do financiamento das políticas federais na área de educação refere-se ao volume de recursos, na medida em que este seria insuficiente para a sua universalização e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos. Os gastos globais do MEC, no período compreendido entre 1995 e 2002, situaram-se em torno de R\$ 19 bilhões, em média (em valores atualizados para dezembro de 2002), sendo que o maior valor foi atingido em 1995 (R\$ 21,2 bilhões).

Apesar das transformações políticas e institucionais e dos desdobramentos econômicos que se abateram sobre as fontes de financiamento da educação neste período, esta área da política social brasileira conseguiu manter intacta a espinha dorsal de sua estrutura de financiamento – a vinculação entre impostos e contribuições sociais.

## 2.7 – Gasto Social x Criminalidade

Existe a crença de que o crime resulta de fatores sócio-econômicos que bloqueiam o acesso a meios legítimos de se ganhar a vida. Esta deterioração das condições de

vida traduz-se tanto no acesso restrito de alguns setores da população a oportunidades no mercado de trabalho e de bens e serviços, como na má socialização a que são submetidos nos âmbitos familiares, escolares e na convivência com sub-grupos desviantes.

Uma parte desta crença provém de uma questão bastante discutida no Brasil já há duas décadas a respeito da afinidade entre pobreza e crime (Pinheiro apud Maia 2001:74). Não obstante as inúmeras vezes em que a afinidade entre estes fenômenos foi rechaçada, ora em referência a inconsistências teóricas, ora as suas insuficiências empíricas (Zaluar,1999 apud Mir 2004,313), esta discussão ainda permanece no cenário de nossos formuladores de políticas. Trata-se de argumento de grande apelo sensitivo, dado o enorme déficit brasileiro na promoção do bem-estar social das populações mais pobres.

Conseqüentemente, propostas de controle da criminalidade, passam inevitavelmente por reformas sociais de profundidade. Políticas convencionais de geração de empregos e combate à fome e a miséria, ações de cunho assistencialista visariam minimizar os efeitos mais imediatos da carência, além de incutir em jovens candidatos potenciais ao crime novos valores através da educação, prática de esportes, ensino profissionalizante, aprendizado de artes e na convivência pacífica e harmoniosa com seus semelhantes.

De outro lado, existe a crença igualmente convicta de que a criminalidade encontra condições ideais de florescimento quando é baixa a disciplina individual e o respeito a normas sociais. Conseqüentemente, políticas de segurança pública enfatizam a necessidade de uma atuação mais decisiva do Poder Judiciário e das instâncias de controle social (Zaluar 1999, apud Mir 2004,315).

Uma apreciável parcela dos estudiosos entende que se deve correlacionar a responsabilidade geral do Estado que lhe vai impor a pena, fazendo sentar no banco dos réus, ao lado dos mesmos réus, a sociedade que os produziu (Batista apud Bugarin, 2003:161). Assim, quanto menor o espaço social – oportunidades no campo da educação, saúde, trabalho etc – que tenha sido concedido ao infrator da lei penal, menos intensa será sua culpabilidade, porque, no dizer de Zaffaroni: “a carga de reprovação que se deve aplicar a quem padece de uma carência social deve ser creditada à sociedade que origina essa carência e não ao carente que não pode satisfazê-la ou superá-la”(apud Bugarin 2003:163).

No que se refere aos valores pessoais é extremamente difícil uma modificação mediante políticas públicas. Daí ser necessário que a comunidade não creia

poder-se omitir nesta sua específica função educacional, ou que a possa transferir para qualquer outras entidades ou órgãos. O que não se pode deixar de reconhecer é que será no berço a fonte primordial da disciplina; o exemplo tem que estar no lar. Repitamos o ditado, mas nem por isso menos verdadeira a asserção: a de que a mão que embala o berço governa o mundo! E se essa mão, ou essas mãos (eis que os pais também não podem omitir-se) não puderem, não souberem, ou não quiserem assumir o papel de formadores de sãos caracteres – já será muito mais difícil que outro método venha a corrigir a falha básica que o lar não preencheu. (Hilário apud Bugarin, 2003:133).

A orientação do governo federal tem se calçado na sociologia crítica (Taylor e Yong, apud Carvalho 1979,129), cuja decepção de crime passa a basear-se nos direitos humanos. Isto abriu a possibilidade de incluir, dentre as modalidades de crime, os crimes cometidos pelo estado. Daí a importância de se controlar as organizações componentes do aparato repressivo que parece ter sido a tônica da atual política de segurança a nível federal (Ministério da Justiça, 1996)..

O que tem sido eficaz são os programas e estratégias de segurança baseados numa articulação multi-institucional entre estado e sociedade (Sherman , apud Mir 2004,412). O crime é uma coisa muito séria para ser deixada apenas sob o encargo de policiais, advogados ou juízes, pois envolve dimensões que exigem a combinação de várias instâncias sob o encargo do Estado e, sobretudo, a mobilização de forças importantes na sociedade. O Estado deve mobilizar organizações que atuam na área da saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e, naturalmente, da segurança.

Um estado que conseguisse simultaneamente responder às demandas sociais nesses diversos setores estaria respondendo às atribuições que lhe cabem minimamente. A diferença está em que a alocação desses recursos se daria não em torno de prioridades governamentais (ou a educação, ou a saúde, ou a segurança) mas da identificação de locais e grupos no interior da sociedade que mereceriam um tratamento prioritário.

Por outro lado, isto não significaria que o Estado deveria paralisar suas atividades nessas áreas em favor do atendimento de populações e áreas assoladas pela criminalidade violenta, mas simplesmente reconhecer que o atendimento nessas áreas é realmente prioritário. O fenômeno da criminalidade urbana violenta não é distribuído aleatoriamente pela área urbana, mas está localizado em alguns poucos grupos e locais

(Sherman apud Cerqueira, 2000). Daí que não haja combate efetivo ao crime que não leve em conta a recuperação das áreas degradadas pela violência nos grandes centros urbanos.

Porém a corrupção que assola o Estado em todo o seu organismo impossibilita em sua grande maioria o êxito, provocando a curto, médio e longo prazos a falência social e administrativa. Ela é a mais potente e destruidora arma, impedindo o acesso às oportunidades e a distribuição lógica das riquezas e conseqüentemente no caminho inverso aumentando a criminalidade. (Luís Mir , 2004:320).

## CAPÍTULO III

### 3.1 - Perfil de Florianópolis.

O Município de Florianópolis, com área de 436,5 km<sup>2</sup> (IBGE - MISAN/RMMW/População Área Territorial 96), obteve no período do trabalho em questão (1999 a 2004) um aumento de 37% no número de habitantes por quilômetro quadrado; passando de 646 hab/km<sup>2</sup> para 886 hab/km<sup>2</sup>. Destaca-se como centro regional, na prestação de serviços e no comércio; atuando como centro político-administrativo na qualidade de capital.

O setor terciário é o mais expressivo no Estado, pois além de ser integrado pelas sedes do governo estadual e das representações de órgãos e entidades federais englobam um centro comercial e de serviços bastante desenvolvido e diversificado; especialmente nas atividades bancárias, educacionais e de saúde, não deixando de enfatizar o segmento do turismo, ainda que quase realizado apenas de janeiro a março, com pouco desenvolvimento no período de inverno, pois o mesmo representa uma grande movimentação na economia local, determinando diretamente o aumento da renda per capita.

O setor secundário vem, nos últimos anos, apresentando grande desenvolvimento, notadamente na indústria do vestuário, alimentos, móveis, bebidas, mas principalmente na chamada indústria não poluente da microinformática.(Prefeitura Municipal de Florianópolis,2005).

Quanto ao setor primário, a sua magnitude é de pequena relevância, entretanto algumas culturas ainda se destacam como a cana de açúcar, mandioca, banana e milho. As atividades pesqueiras também são fontes de geração de riqueza através da pesca artesanal de algumas comunidades (Barra da Lagoa, Lagoa, Ingleses, Pântano do Sul) entre outras. Atualmente as criações de ostras também se constituíram como um novo incremento na renda do setor.(Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2005).

### 3.2 - Perfil de São José.

O Município de São José, com área de 113 km<sup>2</sup> (IBGE – MISAN/RMMW/População Área Territorial 96), obteve no período do trabalho em questão (1999 a 2004) um aumento de 24% no número de habitantes por quilômetro quadrado; passando de 1372 hab km<sup>2</sup> para 1705 hab km<sup>2</sup>.

Pela sua localização e devido às condições geofísicas de Florianópolis, situada numa ilha, São José tem recebido um grande contingente de pessoas decorrentes do fluxo migratório que atrai moradores das áreas rurais e pequenas cidades para os centros urbanos, em busca de melhores condições de trabalho.

A economia está baseada nas atividades terciárias, principalmente impulsionada pela indústria da construção civil. Está relacionada ao centro administrativo que é Florianópolis, com uma industrialização representada por pequenas oficinas, algumas fábricas de alimentos, mobiliário, mineral não-metálicos e alguns empreendimentos em termos de tecnologia e modernização, e com atividade agrária insignificante.(Prefeitura Municipal de São José, 2005)

Sendo então o setor mais expressivo, englobando centros comerciais e de serviços bastante desenvolvidos e diversificados, especialmente nas atividades bancárias, educacionais e de saúde.

Além destas atividades, desenvolve também o setor informal da economia, incluindo os pequenos estabelecimentos produtivos e de prestação de serviços caseiros (Prefeitura Municipal de São José, 2005).

### 3.3 - População e Renda nos Municípios de Florianópolis e São José.

Diferentemente do que ocorreu no período entre os anos de 1999 e 2004, que o crescimento populacional foi sempre maior na cidade de Florianópolis segundo levantamento baseado em dados do IBGE (tabela 1), os anos que compreendem o período de 1991 a 1999 mostram o inverso, ou seja, um crescimento populacional da cidade de São José na ordem de 17,31% enquanto que Florianópolis cresceu somente 9,11%.

**TABELA 1 - População dos Municípios de Florianópolis e São José**

	<b>População em Florianópolis</b>	<b>% cresc.</b>		<b>População em São José</b>	<b>% cresc.</b>
1991	258383		1991	132208	
1999	281928	9,11%	1999	155105	17,31%
2000	342315	21,41%	2000	173559	11,89%
2001	352401	2,94%	2001	177775	2,42%
2002	360601	2,32%	2002	181400	2,03%
2003	369102	2,35%	2003	185039	2,00%
2004	386913	4,82%	2004	192679	4,12%

Fonte: IBGE (Percentuais elaborados pelo autor)

O “Boom” populacional ocorrido na cidade de Florianópolis do ano de 1999 para 2000 pode ser fruto da grande campanha feita pela mídia neste período, colocando-a como a capital com melhor qualidade de vida no País. Porém vale salientar que as diferenças percentuais ocorridas em períodos distintos tiveram que quase uma correção no período total analisado; enquanto Florianópolis cresceu 49,74% populacionalmente, São José cresceu 45,73% do ano de 1991 a 2004.

Florianópolis no ano 2000 apresentava maior renda per-capita que o município de São José, respectivamente R\$ 1219,30 e R\$ 777,16 segundo dados do IBGE. Esses dados colocam o município de Florianópolis comparativamente a São José em melhor colocação. Florianópolis possui o maior número de habitantes economicamente ativos, além de obter o maior número também de habitantes com renda superior a três salários mínimos. Esses dados só não deixam o município muito mais à frente porque o percentual de pobres e indigentes somados não segue a mesma tendência, Florianópolis possui número um pouco

superior ao de São José. 10,4% e 10% respectivamente do total da população. Essa diferença também é auxiliada pelo número de pessoas sem rendimentos, que é superior no município de São José.(ver anexo 1).

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do ano 2000, embora utilizando-se de particularidades para a sua medição confirma essa superioridade, colocando a capital com IDH= 0,867 enquanto que São José ficou com IDH= 0,784.

No ano de 2003 o IBGE divulgou dados referentes aos depósitos à vista e a poupança do setor privado destes dois municípios, sendo assim possuindo o número de habitantes com rendimento no ano de 2000 (Florianópolis 195.905; São José 95.087) projetei este mesmo número para o ano de 2003 utilizando-me dos percentuais de crescimento da população. Vale ressaltar que neste período não ocorreu nenhum



crescimento superior a 2,55% ou abaixo de 2,15%; indicando mais segurança aos dados, já que o desvio padrão é baixo(tabela 2).

**TABELA 2 – Economias da População dos Municípios de São José e Florianópolis**

<b>FLORIANÓPOLIS ANO DE 2003</b>	
Poupança	716.952.675,38
Depósitos à prazo	658.328.798,02
Total	1.375.281.473,40
População c/rendimento projetada	21 1292
Econ.média anual por hab.c/rendimentos.	R\$ 6.508,91

<b>SÃO JOSE ANO DE 2003</b>	
Poupança	92.720.221,95
Depósitos à prazo	21.771.474,70
Total	114.491.696,65
População c/rendimento projetada	101352
Economia média anual por hab.c/rend.	R\$ 1.129,64

Fonte : IBGE

Esses valores não demonstram com exatidão a economia média dos cidadãos nos municípios em questão, pois existem outros meios de investimentos, além da possibilidade dos habitantes de uma região utilizarem os estabelecimentos bancários de outra. Porém confirma uma superioridade do município de Florianópolis relacionado ao setor terciário, especialmente nas atividades bancárias.

### 3.4 - Urbanismo - Comparações de Dados entre Florianópolis e São José (1991/2000).

Alguns dados referentes a infra-estrutura e saneamento destes municípios foram divulgados pelo IBGE nos anos de 1991 e 2000; estes nos dão uma relativa visão do quanto foi investido no período (ver anexo 2).

Segundo o IBGE o número de domicílios em Florianópolis no ano de 2000 era de 103.837, enquanto que em São José essa quantidade era de 173.559; dando a ambos respectivamente 3,29 e 3,48 de pessoas por domicílio, realizado através da divisão pelo número de habitantes. Com esses números e os percentuais divulgados referentes a domicílios com água encanada, com banheiro, com serviço de coleta de lixo e com energia elétrica nos anos de 1991 e 2000; comparei assim o número de novos beneficiados com estes serviços no período.

Os percentuais mostram que São José com exceção de domicílios com coleta de lixo no ano de 1991, no qual Florianópolis abrangia 94,70% destes e São José 93,19%; em todos os outros quesitos estava a frente. Porém ocorreu uma inversão ao analisarmos o ano 2000, Florianópolis com exceção de domicílios com energia elétrica estava a frente em todos os outros quesitos.

Isso mostra um maior investimento de Florianópolis em todos estes serviços, mesmo obtendo um percentual menor de domicílios com energia elétrica que São José no ano 2000, em números absolutos através deste estudo implantou este serviço em 25616 novas residências, enquanto que São José somente 11976.

### 3.5 - Educação – Comparações de Dados entre Florianópolis e São José.

No ano de 2003 o IBGE divulgou o número de matriculados na rede pública nos diversos níveis escolares dos municípios de Florianópolis e São José; utilizei-me de dados do censo de 2000 relacionado a idade dos moradores destes buscando observar a realidade de abrangência destas vagas (ver anexos 3 e 4).

Através do censo de 2000 observei os percentuais que cada faixa etária correspondia do todo da população; esse percentual foi utilizado para a projeção do ano 2003. Como nesse período que corresponde à 2000/2003 a população cresceu em média 2,53% e 2,15% respectivamente em Florianópolis e São José; a influência de mudanças bruscas nestes percentuais causadas por uma imigração forte em qualquer dos dois municípios foi descartada, além da mortalidade e natalidade destes municípios oscilarem nestes mesmos percentuais segundo o próprio IBGE.

Utilizando-me da faixa etária correspondente as três esferas de ensino apresentadas ( pré-escolar, fundamental e ensino-médio), que seria entre os 05 e 19 anos de idade observei uma demanda projetada para 2003 de 98305 vagas para Florianópolis e 52712 vagas para São José. Florianópolis segundo dados do IBGE matriculou na rede pública neste mesmo ano 86090 alunos, criando uma defasagem do total de possíveis alunos, descartado qualquer repetência de 12,42%. Enquanto que o município de São José matriculou na rede pública 45217 alunos, criando também uma defasagem de 14,21% de possíveis alunos.

Florianópolis apresenta um percentual menor de defasagem de alunos matriculados talvez pelo número maior de estabelecimentos de ensino público que possui. Essas instituições públicas correspondem a 62% do total da rede de ensino no município, enquanto São José têm essas instituições abrangendo 56,5% da rede. Florianópolis também apresentava no ano 2000 uma população com melhor instrução, 36,38% da população estudaram 11 anos ou mais no decorrer da vida, enquanto que em São José 24,61% haviam estudado tanto tempo. Isso reforça o IDH/2000 sobre educação que colocava Florianópolis com índice 0,960 enquanto que São José 0,925. o nível de escolaridade tem relação direta com a renda recebida, isso confirma a diferença já apresentada anteriormente da renda per-capita entre as cidades.

### 3.6 - Saúde - Comparações de Dados entre Florianópolis e São José.

No que se refere a saúde o município de São José apresentava no ano de 2002 um maior número de leitos disponíveis por habitante que Florianópolis, enquanto São José disponibilizava 1 leito para cada 157 habitantes, Florianópolis o fazia para 304 habitantes. Para obter esses números utilizei a quantidade de leitos disponíveis, postos de trabalho médico e estabelecimentos de saúde que prestam serviço ao SUS e os dividi pelo número de habitantes do referido ano. Não posso deixar de relatar que essa demanda por leitos ainda é maior pois estes municípios recebem diariamente habitantes de outras regiões menores do estado, em busca de equipamentos, cirurgias e atendimentos mais qualificados ( ver anexo 5).

Porém em números de médicos e postos de atendimento que prestam serviço ao SUS Florianópolis neste ano estava a frente, possuindo 1 médico para cada 160 habitantes enquanto que São José os possuía para cada 338 habitantes. Possuindo um número muito maior de estabelecimentos que prestam serviço ao SUS, Florianópolis tinha para cada um deles 3501 habitantes enquanto que São José chegava quase ao dobro 6479 habitantes.

### 3.7 Gasto Social – Comparações de Dados entre Florianópolis e São José.

Os dados referentes ao Gasto Social dos municípios de Florianópolis e São José foram retirados do Balanço Financeiro de suas respectivas Prefeituras, sendo analisados os tópicos que são os mais ligados a segurança e qualidade de vida de seus habitantes que constam dentro das Despesas Orçamentárias. Foram escolhidos: Segurança Pública; Educação e Cultura; Habitação e Urbanismo e por fim Saúde e Saneamento. Dentro destes tópicos deixo claro que estão inclusas despesas como folha salarial, material de expediente e investimentos. Isso implica então que além de impactos diretos à população através de investimentos, existe também impactos indiretos através de melhor remuneração e condições de trabalho que geram melhor atendimento por parte dos funcionários públicos.

Dentro do item de Despesas Orçamentárias o gasto com os quatro tópicos anteriormente citados no município de São José a partir de 2002 ocupou em média 71% do

total, enquanto que em Florianópolis esse percentual chegou somente a 44,5%. Dentro das despesas orçamentárias o gasto com educação também obteve entre 1999 e 2004 destaque percentual entre todos.(ver tabela 3 e 4).

**TABELA 3 – Percentual das Despesas Orçamentárias**

<b>São José</b>						
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Segurança Pública</b>	5,79%	4,18%	2,89%	1,13%	0,87%	3,68%
<b>Educação e Cultura</b>	27,34%	33,66%	33,69%	26,35%	27,11%	28,08%
<b>Habitação e Urbanismo</b>	13,89%	10,14%	12,37%	27,91%	30,93%	22,59%
<b>Saúde</b>	6,53%	2,86%	4,34%	15,57%	14,11%	15,04%

Fonte: Prefeitura Municipal de São José (Tabela elaborada pelo autor com base em dados retirados do Balanço anual)

**Tabela 4 – Percentual das Despesas Orçamentárias**

<b>Florianópolis</b>						
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Segurança Pública</b>	3,46%	2,46%	2,03%	0,80%	0,60%	3,78%
<b>Educação e Cultura</b>	23,67%	23,55%	23,73%	20,66%	23,85%	22,22%
<b>Habitação e Urbanismo</b>	17,22%	11,22%	16,05%	7,07%	4,17%	13,74%
<b>Saúde</b>	12,60%	11,21%	14,16%	10,42%	12,13%	14,04%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (Tabela elaborada pelo autor com base em dados retirados do Balanço anual)

Os gastos sociais analisados por este trabalho tiveram características distintas em cada um dos municípios, enquanto que São José teve uma crescente continua no período analisado, Florianópolis apresentou dois momentos de retração, um no ano 2000 e outro em 2002. Dentro dos quatro tópicos analisados ambos os municípios gastaram mais em educação, Florianópolis um pouco à frente com uma média entre os anos de 1999 e 2003 de 48,95% contra 45,67% de São José. Muito embora baseado em dados anteriormente citados e analisados esse investimento teria de ser maior por parte de São José que apresentava maior déficit comparado a Florianópolis (ver anexos 6 e 7).

Os dois municípios também gastaram menos com segurança pública, Florianópolis 0,46% de média no período e São José um pouco mais 2,30%, esse percentual ficaria muito menor não fosse o aumento dos gastos deste tópico por parte de Florianópolis no ano de 2004 de 647,20% seguido de São José que neste mesmo ano aumentou 377,39%.

Somente nos anos de 2002 e 2003 (entre os anos de 1999 e 2004), os gastos médios por habitante analisados sob os tópicos do trabalho, colocaram Florianópolis abaixo de São José comparativamente. Isso ocorreu devido a retração ocorrida em 2000 nos gastos sociais, mas principalmente outra ocorrida em 2003 de grandes proporções (um pouco mais de 16%). A média do gasto por habitante é calculada através da divisão do valor total dos gastos (Segurança Pública; Educação e Cultura; Habitação e Urbanismo; Saúde e Saneamento) pelo número de habitantes do município naquele mesmo ano.

Florianópolis em termos de percentuais de crescimento dos gastos totais no período analisado sempre esteve abaixo de São José, porém nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2004 sua média por habitante esteve maior. Isso mostra a defasagem nos gastos pelo município de São José desde de o início da análise, ou seja, 1999. Nos seis anos analisados São José gastou em média por habitante ano R\$ 316,28 enquanto que Florianópolis gastou R\$ 370,60. Esses valores foram calculados dividindo-se o total gasto no período que compreende 1999 e 2004 pelo número de habitantes somados em igual período.

### 3.8 Crimes – Comparações de Dados entre Florianópolis e São José.

Os dados sobre os crimes cometidos entre os anos de 1999 e 2004 nos municípios de Florianópolis e São José foram retirados dos registros das polícias civil e militar fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Esses registros foram divididos visando facilitar o trabalho em crimes contra a vida e contra o patrimônio, seguindo as nomenclaturas utilizadas simultaneamente pelas duas instituições (ver anexos 9, 10, 11 e 12).

O número de crimes se deu pela soma do total de crimes contra a vida e contra o patrimônio nos municípios em questão, este número cresceu ininterruptamente até o

ano de 2003 em ambos os municípios, ocorrendo em São José crescimento em maiores proporções, com uma redução conjunta no ano de 2004. O crime contra o patrimônio é superior ao crime contra a vida em ambos os municípios.(tabela 5 e 6)

Esse tipo de crime gera uma demanda gigantesca sobre itens de segurança privada, onde estas indústrias faturaram mais do que gigantes respeitáveis como, Volkswagen, o Carrefour, a Telefônica e a Shell, no ano de 2001. Só o ramo bancário gasta R\$ 1,5 bilhão por ano em segurança, valor que é repassado para os correntistas na forma de tarifas. Bancos, empresas privadas, empresas públicas, grande parte dos órgãos governamentais, repassam ao cidadão todos os seus investimentos em segurança.

Um estudo ainda em andamento de um grupo de pesquisadores de várias universidades paulistas está quantificando e analisando a participação de vigilantes, guarda-costas, vigias de ruas, porteiros de edifícios, guardas de estacionamento, escolta armadas, etc., nos furtos, roubos, seqüestros e latrocínios contra os patrões e seus familiares, em suas propriedades.

Os dados preliminares, baseados na elucidação policial dos casos, apontam que em caso de furtos em apartamento, 70% dos crimes tiveram informação privilegiada, participação indireta, porém ativa, dos porteiros e vigias de garagem. Em 50% dos seqüestros e latrocínios, os guarda-costas forneceram a informação privilegiada e participaram da preparação e detalhamento do plano. Em 20% dos casos em que houve execução das vítimas, foram os autores.

No ano de 1999, quando vários setores da economia registraram números negativos, o aparelho de segurança privado se agigantou. Um crescimento estimado em 4% a 5% ao ano em seus lucros.(Fenavist 2002).

**TABELA 5 – Crimes em Florianópolis (1999 A 2004)**

	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Crime Vida</b>	4673	5351	5478	5485	4970	4795
<b>Crime Patrimônio</b>	17137	18141	19150	20189	21788	19825

<b>Total</b>	21810	23492	24628	25674	26758	24620
<b>% crescimento</b>		<b>7,71%</b>	<b>4,83%</b>	<b>4,24%</b>	<b>4,22%</b>	<b>-8,68%</b>

Fonte: SSP/SC

**TABELA 6 – Crimes em São José (1999 A 2004)**

	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Crime Vida</b>	3796	4403	5480	6336	5907	5323
<b>Crime Patrimônio</b>	8379	9461	10943	12125	14964	13488
<b>Total</b>	12175	13864	16423	18461	20871	18811
<b>% crescimento</b>		<b>13,87%</b>	<b>18,45%</b>	<b>12,40%</b>	<b>13,05%</b>	<b>-10,95%</b>

Fonte: SSP/SC

Os municípios apresentaram crescimento constante entre os anos de 1999 e 2003 na criminalidade com redução conjunta no ano de 2004. São José apresenta maiores percentuais de aumento no número de crimes que Florianópolis no período analisado e maior redução no ano de 2004.

Ao analisarmos os crimes de maneira desagregada observamos que o crime de homicídios no período analisado (1999 a 2004) no município de São José apresenta crescimento de 84,48%, enquanto que em Florianópolis esse crescimento foi da ordem de 212,82%. O crime roubo em Florianópolis neste mesmo período cresceu 214,43% enquanto que em São José 200,75%; e o crime furto cresceu 6,11% em Florianópolis e 52,31% em São José.

O município de Florianópolis apresentou no ano de 2001 um gigantesco crescimento no número de homicídios, aumentando em 87,50% este tipo de crime, São José apresentou também crescimento expressivo neste crime, porém ocorrido no ano de 2003 na ordem de 62,50% (anexo 10 e 12).

O crime de roubo apresentou também crescimento expressivo no período nos dois municípios; Florianópolis apresentou crescimento de 95,15% no ano de 2003 e São José nos anos de 2000 e 2002 de 49,59% e 59,57% respectivamente. O número de roubos em Florianópolis no ano de 2003 cresceu alavancado pelo aumento de roubos específicos em residência, táxi, transporte coletivo e veículos. Já em São José esse crescimento ocorreu no



ano 2000 alavancado pelo aumento no número de roubos a transeuntes; e no ano de 2002 devido ao crescimento de roubo em comércio e transportes coletivos.

O crime de furto cresceu em proporções muito maiores em São José, chegando a crescer de 2002 para 2003, 22,70%; ocorrido devido ao grande aumento de furtos em comércios e outros não especificados (anexo 9 e 11).

Em média, menos de um terço (27,1%) das vítimas de crimes notifica o fato à polícia. A média brasileira de notificação de delitos é inferior à obtida por 15 países (49,5%) e menor do que a da Argentina (35,7%).

Segundo André Zanetic (2002) os indicadores sociais de criminalidade servem essencialmente a três grupos e interesses distintos e complementares: aos cidadãos, para avaliarem uma dimensão crucial de sua qualidade de vida; aos executores e implementadores de políticas, para planejamento das ações e distribuição dos recursos; e ao criminólogo e cientista social, para o desenvolvimento de estudos acerca do fenômeno da criminalidade, de suas causas e dinâmicas próprias.

## CAPITULO IV

A Correlação do Gasto Social, Gasto com Segurança Pública com a Criminalidade em Florianópolis e São José. (1999/2004).

O meio utilizado para a observar o impacto causado pelo gasto social e o gasto em segurança pública sobre a criminalidade neste trabalho é o método estatístico da correlação. Essa relação existe quando a alteração sofrida por uma das variáveis é acompanhada por modificações na outra, ou seja, no caso dos gastos em questão aumentarem ou diminuïrem e a criminalidade corresponder positivamente ou negativamente.

Porém a correlação apresenta a limitação qualitativa, os dados relacionados são observados somente quantitativamente; a qualidade dos dados analisados é de inteira responsabilidade do autor da pesquisa.

Os valores referentes ao Gasto Social e o Gasto em Segurança Pública são precisos e foram retirados do balanço financeiro das respectivas prefeituras, avaliados previamente pelo grau de possível influência sobre a criminalidade. Dentro dos 11 possíveis itens do campo das Despesas Orçamentárias, 04 poderiam ou não modificar a realidade apresentada pelos índices de criminalidade; sendo eles: Gasto com Segurança Pública; Gasto com Educação e Cultura; Gasto com Habitação e Urbanismo e finalmente Gasto com Saúde e Saneamento; sendo os três últimos citados como gasto social.

Estes quatro itens escolhidos juntamente com os números conseguidos pela Secretaria de Segurança do Estado, através do relatório anual de ocorrências dos crimes praticados nos dois municípios pesquisados foram correlacionados entre os períodos de 1999 e 2004.

O número de crimes divulgados anualmente, são retirados de boletins de ocorrência das polícias civil e militar, ou seja, o registro de um fato presumivelmente criminoso feito pela parte interessada ou pelo policial que dele tomou conhecimento. Isso é um complicador, pois se trata do relato de alguém que sabe ou viu (ou acha que sabe ou viu) um crime; ou a queixa de alguém que foi vítima de um ato criminoso (e dá sua versão ao fato);

ou, ainda, a primeira impressão do policial que dele tomou conhecimento. Apesar disso, é a fonte de informação que mais se aproxima da realidade na área policial.

A correlação se deu através da utilização dos itens em separado do Gasto Social de cada município com o número de crimes contra a vida e patrimônio do mesmo. Outro meio também utilizado, onde o gasto social item a item foi correlacionado com crimes específicos como homicídio, roubo e furto. O resultado da correlação do valor total do gasto social e do total da criminalidade durante o período analisado também está relatado.

No município de Florianópolis o gasto com Segurança Pública e o crime contra a vida e patrimônio movem-se em direção contrária, analisado pelo sinal negativo encontrado na correlação efetuada, dando a entender uma certa influência destes gastos na redução dos crimes (tabela 7).

**TABELA 7 – Correlação Segurança Pública e Crimes em Florianópolis de 1999 a 2004.**

(R\$)

Segurança pública	Crime contra Patrimônio		Segurança pública	Crime contra a Vida
639.000	17137		639.000	4673
516.000	18141		516.000	5351
510.000	19150		510.000	5478
249.000	20189		249.000	5485
197.000	21788		197.000	4970
1.472.000	19825		1.472.000	4795
Coef.de Correlação	-0,22		Coef.de Correlação	-0,50

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis / SSP.SC

Ao ser analisado o gasto com Educação e Cultura sobre a criminalidade observa-se uma correlação negativa indicando movimento em direção contrária sobre os crimes contra a vida, enquanto que o crime contra o patrimônio não segue mesma tendência (tabela 8).

**TABELA 8 – Correlação Educação e Cultura com Crimes em Florianópolis de 1999 a 2004.**

(R\$)

<b>educação e cultura</b>	<b>Crime contra Patrimônio</b>		<b>educação e cultura</b>	<b>Crime contra a Vida</b>
43.689.000	17137		43.689.000	4673
49.408.000	18141		49.408.000	5351
59.486.000	19150		59.486.000	5478
63.169.000	20189		63.169.000	5485
77.367.000	21788		77.367.000	4970
86.561.000	19825		86.561.000	4795
Coef.de Correlação	0,79		Coef.de Correlação	-0,18

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis / SSP.SC

O gasto com Habitação e Urbanismo apresenta uma correlação negativa sobre os dois tipos de crimes em Florianópolis, indicando entre eles movimento em direção contrária, quando um aumenta o outro diminui (tabela 9).

**TABELA 9 - Correlação Habitação e Urbanismo com Crimes em Florianópolis de 1999 a 2004.**

(R\$)

<b>Habit. e Urbanismo</b>	<b>Crime contra Patrimônio</b>		<b>Habit. e Urbanismo</b>	<b>Crime contra a Vida</b>
31.775.000	17137		31.775.000	4673
23.555.000	18141		23.555.000	5351
40.243.000	19150		40.243.000	5478
21.641.000	20189		21.641.000	5485
13.548.000	21788		13.548.000	4970
53.534.000	19825		53.534.000	4795
Coef.de Correlação	-0,29		Coef.de Correlação	-0,26

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis / SSP.SC

No que se refere ao gasto com Saúde e Saneamento em Florianópolis a correlação negativa ocorre somente com o crime contra a vida, o que acaba não ocorrendo com o crime contra o patrimônio (tabela 10).

**TABELA 10 - Correlação Saúde e Saneamento com Crimes em Florianópolis de 1999 a 2004.**

(R\$)

Saúde e Saneam.	Crime contra Patrimônio		Saúde e Saneam.	Crime contra a Vida
23.252	17137		23.252	4673
23.535	18141		23.535	5351
35.500	19150		35.500	5478
31.861	20189		31.861	5485
39.358	21788		39.358	4970
54.700	19825		54.700	4795
Coef.de Correlação	0,59		Coef.de Correlação	-0,25

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis / SSP.SC

Ao correlacionar os itens do Gasto Social e o Gasto em Segurança Pública em Florianópolis com os três tipos de crimes mais conhecidos, foi observado somente correlação negativa entre Segurança Pública e Furto, e Habitação e Urbanismo com o furto e o roubo (tabela 11).

**TABELA 11 - Correlação do Gasto em Segurança Pública, Habitação e Urbanismo com Crimes de Homicídio, Furto e Roubo em Florianópolis de 1999 a 2004.**

(R\$)

<b>Segurança pública</b>	<b>Homicídio</b>	<b>Furto</b>	<b>Roubo</b>
639.000,00	39	14941	660
516.000,00	40	15640	781
510.000,00	75	16115	1087
249.000,00	101	17107	1258
197.000,00	125	17504	2455
1.472.000,00	122	15855	1985
Coeficiente de Correlação	0,1505	-0,5182	0,1139
<b>Habitação e urbanismo</b>	<b>Homicídio</b>	<b>Furto</b>	<b>Roubo</b>
31.775.000,00	39	14941	660
23.555.000,00	40	15640	781
40.243.000,00	75	16115	1087
21.641.000,00	101	17107	1258
13.548.000,00	125	17504	2455
53.534.000,00	122	15855	1985
Coeficiente de Correlação	0,0684	-0,5323	-0,0551

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis / SSP.SC

O município de São José teve todos os seus itens do Gasto Social correlacionados à criminalidade como Florianópolis, porém nenhum dos itens apresentou correlação negativa indicando movimento em direção contrária entre gasto e crime, que indicaria uma possível influência destes para a sua redução (tabela 12).

**TABELA 12 - Correlação do Gasto Social e Gasto com Segurança Pública com os Crimes em São José de 1999 a 2004.**

(R\$)

<b>Segurança Pública</b>	<b>Crime contra Patrimônio</b>	<b>Segurança Pública</b>	<b>Crime contra a Vida</b>
301.000	8379	301.000	3796
246.000	9461	246.000	4403
220.000	10943	220.000	5480
1.099.000	12125	1.099.000	6336
1.022.000	14964	1.022.000	5907
4.879.000	13488	4.879.000	5323
Coef.de correlação	0,53	Coef.de correlação	0,22
<b>Educação e Cultura</b>	<b>Crime contra Patrimônio</b>	<b>Educação e Cultura</b>	<b>Crime contra a Vida</b>
14.213.000	8379	14.213.000	3796
19.800.000	9461	19.800.000	4403
25.630.000	10943	25.630.000	5480
25.456.000	12125	25.456.000	6336
31.638.000	14964	31.638.000	5907
37.162.000	13488	37.162.000	5323
Coef.de correlação	0,90	Coef.de correlação	0,67
<b>Saúde e Saneamento</b>	<b>Crime contra Patrimônio</b>	<b>Saúde e Saneam.</b>	<b>Crime contra a Vida</b>
3.398.000,00	8379	3.398.000,00	3796
1.687.000,00	9461	1.687.000,00	4403
3.303.000,00	10943	3.303.000,00	5480
15.044.000,00	12125	15.044.000,00	6336
16.469.000,00	14964	16.469.000,00	5907
19.911.000,00	13488	19.911.000,00	5323
Coef.de correlação	0,87	Coef.de correlação	0,67
<b>Habitação e urbanismo</b>	<b>Crime contra Patrimônio</b>	<b>Saúde e Saneam.</b>	<b>Crime contra a Vida</b>
7.219.000,00	8379	3.398.000,00	3796
5.969.000,00	9461	1.687.000,00	4403
9.414.000,00	10943	3.303.000,00	5480
26.960.000,00	12125	15.044.000,00	6336
36.087.000,00	14964	16.469.000,00	5907
29.894.000,00	13488	19.911.000,00	5323
Coef.de correlação	0,94	Coef.de correlação	0,67

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis / SSP.SC

O somatório dos três itens escolhidos como Gasto Social nos municípios de Florianópolis e São José não apresentaram correlações negativas com a criminalidade, ocorrendo apenas a diferença entre os coeficientes; Florianópolis apresenta uma correlação positiva fraca e São José uma correlação positiva forte (tabela 13).

**TABELA 13 - Correlação do Gasto Social Geral com a Criminalidade nos Municípios de Florianópolis e São José nos Anos de 1999 a 2004.**

(R\$)

<b>São José</b>		<b>Florianópolis</b>	
<b>Gasto Social Geral (1999 a 2004)</b>	<b>Crimes</b>	<b>Gasto Social Geral (1999 a 2004)</b>	<b>Crimes</b>
24.830.000,00	12175	98.716.000,00	21810
27.456.000,00	13864	96.498.000,00	23492
38.347.000,00	16423	135.229.000,00	24628
67.460.000,00	18461	116.671.000,00	25674
84.194.000,00	20871	130.273.000,00	26758
86.967.000,00	18811	194.795.000,00	24620
coeficiente de correlação	0,93	coeficiente de correlação	0,35

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis / SSP.SC

Os gastos efetuados em São José não demonstraram impacto negativo frente à criminalidade do município, este pode ter sido efetuado em proporções não impactantes ou alocados de maneira incorreta ao crescimento da criminalidade ocorrido no período analisado.



## CAPÍTULO V

### 5.1 Conclusão

O aumento populacional ocorrido nos municípios de Florianópolis e São José nos anos de 1999 e 2000 pode ter sido o fato gerador mais importante para a criminalidade no período analisado. Os percentuais de crescimento que indicam essa criminalidade no município de São José sempre esteve à frente comparativamente à Florianópolis durante o período de 1999 a 2003, e obtendo uma redução maior em 2004. Enquanto a criminalidade em Florianópolis cresceu em média entre os anos de 1999 e 2003 5,25%, essa média foi de 14,45% em São José.

Florianópolis apresenta uma melhor situação social comparado a São José, em termos de renda, educação, infra-estrutura relacionada a saneamento entre outros; embora isso ocorresse o município durante os anos de 1999 e 2004 só não investiu mais socialmente por habitante que São José em apenas dois anos (2002 e 2003), e por pequena diferença.

Mas a maneira de investir socialmente é muito parecida, pois, tanto Florianópolis como São José utilizaram-se do maior percentual de seus gastos em Educação e Cultura, e o menor deles em Segurança Pública no período. O município de São José teve no tópico Habitação e Urbanismo seu segundo maior gasto assim como Florianópolis, porém em maior percentual; Saúde e Saneamento foi o terceiro com maior gasto percentual efetuado por Florianópolis.

Ao correlacionar os dados do gasto social e da criminalidade nos dois municípios observa-se que somente em Florianópolis ocorre um movimento em direções contrárias entre os dados. No gasto com Segurança Pública isso ocorre tanto para o crime contra o patrimônio de maneira fraca, como para o crime contra a vida de maneira média no município. O gasto com Segurança Pública tende a afetar imediata e negativamente a criminalidade se bem aplicado; os meios de aplicação é que definem qual o crime será mais reduzido. No município de São José esse movimento em direção contrária entre gasto e crime

não ocorreu, embora o mesmo tenha utilizado maior percentual de investimento nos gastos em questão no período analisado.

O gasto com Educação e Cultura também mostrou movimento em direção contrária confirmada com a correlação negativa com o crime contra a vida em Florianópolis, não ocorrendo com o crime contra o patrimônio. Esse tipo de gasto costuma apresentar resultados em longo prazo, já que a educação gera perspectivas de melhora futura ao nível social, ocorrendo então aí sim uma possível redução nos crimes contra o patrimônio. A redução de curto prazo no crime contra a vida ocorrido pode ser explicada pela permanência do aluno em sala de aula, essa permanência principalmente nos finais de semana que segundo a Unesco reduz em 30% esse tipo de crime.

O gasto com Habitação e Urbanismo no município de Florianópolis apresentou quase o mesmo índice de correlação negativa fraca frente aos dois tipos de crime. Esse tipo de gasto gera qualidade de vida, investimento privado e empregos diretos e indiretos. Os empregos diretos gerados são para pessoas de pouca qualificação, normalmente as geradoras da criminalidade, ocorrendo então possivelmente a redução da mesma.

O gasto com Saúde e Saneamento e o crime contra a vida em Florianópolis apresentaram uma correlação negativa indicando movimento em direção contrária, fato que surpreende já que esse tipo de investimento tem repercussão de longo prazo. A melhora na parte de infra-estrutura familiar pode causar sim uma redução no crime contra a vida que envolve agressões, mas como já salientado a longo prazo e o período analisado foi um pouco curto para demonstrar esse direcionamento.

Ao ser correlacionados os quatro tipos de gastos escolhidos aos crimes mais conhecidos que seriam homicídios, furtos e roubos, o resultado de um coeficiente negativo ocorreu novamente somente em Florianópolis. Esse resultado não causa surpresa já que utilizando-se dos gastos separadamente e crimes contra a vida e patrimônio o resultado foi o mesmo. Porém dessa maneira o crime contra a vida escolhido, que seria homicídio não sofreu qualquer influência negativa dos gastos em questão no município de Florianópolis.

Somente Segurança Pública apresentou coeficiente de correlação negativo frente ao furto, Habitação e Urbanismo ao furto e ao Roubo; o que vale ressaltar é que isoladamente esse resultado negativo entre o gasto com Segurança Pública inexistiu frente ao crime contra o patrimônio.

Com o total dos gastos e o total dos crimes no período a correlação mostrou-se positiva para os dois municípios, vale ressaltar o índice positivo quase três vezes superior ao de Florianópolis ocorrido em São José.

Caso fosse utilizado unicamente na correlação o gasto social total e o número de ocorrências totais no período, ocorreria a impressão de inexistência de qualquer efeito negativo sobre a criminalidade destes.

## 5.2 RECOMENDAÇÕES

Os resultados apresentados sugerem que o gasto social influencia negativamente a criminalidade no âmbito municipal; buscando ampliá-los os dados sociais correlacionados apresentados necessitam serem estendidos para as esferas estaduais e federais, além de se trabalhar com a sub-notificação dos crimes em trabalhos futuros. Dados sobre o número do contingente policial também podem ser utilizados, além do gasto direto efetuado nesta instituição.

Outro avanço para a pesquisa é desagregar o crime por localidade de ocorrência (bairros), buscando com isso saber com exatidão a maior dificuldade encontrada nas respectivas regiões e se o gasto está voltado para isto. Valores voltados ao combate da criminalidade efetuado por Organizações não governamentais também devem ser utilizados.

Cabe comentar a importância do estudo dos determinantes do “erro de medição”, uma vez que a qualidade das informações disponíveis pode estar associada, mesmo que indiretamente, a características econômicas dos municípios e estados da federação, a presença de erro de medição pode causar problemas, que levaria a estimativas deturpadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R.P; HENRIQUES,R; MENDONÇA,R. Desigualdade e Pobreza no Brasil.  
*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fev.2000.
- BUGARIN, M.S; VIEIRA, L.M; GARCIA, L. M. *Controle dos Gastos Públicos no Brasil: Instituições oficiais, controle social e um mecanismo para ampliar o envolvimento da sociedade*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003.
- CARVALHO, H.V. *Criminalidade: Tentativa de Interpretação*. Ed.Resenha universitária São Paulo, 1979.
- CASTILHO, E.V. *O Controle Penal dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1998.
- CERQUEIRA,D; LEMGRUBER,J; MUSAMECI,L. *Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas – 1º Encontro*, jul.2000.
- ENGELS, F. *Teoria da Violência*. Ed.Ática. São Paulo,1981.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática,1998.
- GANUZA, E; LEON, A; SAUMA, P. *Gasto Público em Serviços Sociales Básicos em América Latina y el Caribe: Análisis Desde La Perspectiva de La Iniciativa 20/20*. Santiago do Chile. Pnud/Cepal/unicef, 1999.
- GANUZA, E; TAYLOR, L; MORLEY, S. *Política Microeconômica Y pobreza Em América Latina Y El Caribe*. Mundi-Prensa Libros, S.A.Madrid, 1998.

GIAMBIAGI, F. ; ALÉM, A.C.D.: *Finanças Públicas: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASSEMER, W. *Limites del Estrado de Derrecho para el Combate contra la Criminalidad Organizada*. Revista Brasileira de Ciências Criminais nº 23. São Paulo:1998.

LISBOA, M.C; MENDONÇA FILHO, N.A. *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. FGV/EPGE, 2001.

MAIA, M. E. A; HERRERA, H. M. *O que é Pobreza?* Rio de Janeiro: Século do Homem Editores, 2001.

MIR, L. *Guerra Civil: Estado e Trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

SANTOS, J. C. *As Raízes do Crime: um Estudo sobre as Estruturas e as Instituições da Violência*. Rio de Janeiro; Forense, 1984.

SETTE CÂMARA, P. *Reflexões Sobre Segurança Pública*. Belém:Universidade da Amazônia, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2002.

TEDESCHI, A. ; TOLEDO, R. ; PRATES, L.A. :*Políticas Sociais no Brasil: Avaliação e Propostas para os Anos 90, Habitação Popular*. São Paulo: Fundap, 1991.

## BASE DE DADOS ON LINE

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. Disponível em [http:// www.undp.org.br](http://www.undp.org.br)

PNUD/IPEA/IBGE/Fundação João Pinheiro. Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros. Minuta da Pesquisa Sobre Segurança Privada no Brasil: 1983 – 2001. Brasília: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transportes de Valores, Departamento de Estatística, 2002. Disponível em <http://www.fenavist.com.br>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.ibge.gov.br>

DATASUS – <http://www.datasus.com.br>

IPEA – <http://www.ipea.gov.br>

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis. <http://www.pmf.sc.gov.br>.

PMSJ – Prefeitura Municipal de São José. <http://www.pmsj.gov.br>

